

ELEITOS DE DEUS E PELO POVO OS EVANGÉLICOS E AS ELEIÇÕES FEDERAIS DE 2010

*Marcelo Tadvall*¹

*O erro democrático é sempre melhor
que o possível acerto autoritário.*

Eduardo Portella

Resumo: Analiso neste trabalho a participação evangélica nas eleições federais de 2010. Primeiramente teço algumas considerações gerais sobre a força eleitoral que tal segmento religioso possui desde a reabertura política, nos anos 1980 e em especial desde as eleições constituintes de 1998. Em um segundo momento, avalio a participação do campo evangélico e a constituição da bancada federal eleita para a legislatura 2011-2014, assim como as polêmicas surgidas durante a campanha presidencial para o segundo turno que tiveram nos evangélicos um papel de destaque, e que apresentam elementos que podem ajudar a compreender e mesmo a projetar a sua atuação enquanto parlamentares.

Palavras-chave: religião e política; evangélicos; eleições federais de 1998, 2002, 2006 e 2010.

Abstract: The purpose of this work is to analyze the evangelical role in the 2010 federal elections. I start with some general considerations about the electoral force that this religious group has had since brazilian redemocratization in the 1980s and especially since the 1998 Congress elections. Furthermore I evaluate the involvement of evangelicals and the constitution of the federal front at the House of representatives elected for the 2011-2014 tenure, as well as the controversies that arose during the presidential campaign for the runoff election in which evangelicals have had a prominent role. These controversies present elements which can help us understand and even foresee the way evangelicals will work as parliamentarians.

Keywords: religion and politics; evangelicals; 1998, 2002, 2006, 2010 federal elections.

¹ Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UnB. Pesquisador do Núcleo de Estudos da Religião (NER-PPGAS-UFRGS).

FORÇA ELEITORAL EVANGÉLICA

É reconhecido socialmente o descrédito latente que possui o campo político no Brasil e não obstante, na América Latina (Ribeiro, 2002). O sucesso eleitoral evangélico observado nas eleições posteriores à abertura política, em 1985 e em seus pleitos a contar de 1986, também é de reconhecimento geral, dos segmentos mais especializados aos menos interessados no assunto.

Além do descrédito notoriamente investido no campo político pela sociedade brasileira, este mesmo aspecto permite e mesmo demanda a imbricação neste campo de outros discursos no intuito de positivá-lo perante a sociedade, especialmente nos momentos eleitorais, quando a preocupação com a opinião popular parece encontrar um lugar privilegiado na temporalidade da nação. Historicamente o campo religioso tem se imbricado e em alguns casos tem mesmo se confundido com o próprio campo político. Conforme uma expressão de Ribeiro (2002), o que, além da religião, poderia significar uma sementeira tão poderosa de novas energias para o campo político? Mais do que sacralizar o político, politizou-se o religioso (Michel, 1997).

O avanço pentecostal no campo político brasileiro comprova a pertinência desta última prerrogativa. Entretanto, tal sucesso deve ser compreendido de forma mais abrangente, por exemplo, levando-se em consideração o modelo evangélico de participação no campo político, sua instrumentalização e planejamento estratégico de conquista de votos e de poder, notavelmente desenvolvidos por uma denominação em especial, a Igreja Universal do Reino de Deus, doravante IURD (Oro, 2001; 2003).

A justificativa pública e doutrinal para a entrada pentecostal no campo político se resume a uma espécie de demonização deste campo, conforme discuti em outro momento (Tadvald, 2006). Ao perceber o campo político como uma arena sujeita às influências demoníacas foi possível instaurar-se uma verdadeira Cruzada Evangélica no campo político. Tal demonização da política por parte dos evangélicos, em realidade, ecoa uma semântica nacional que ao seu modo também demoniza este campo.

Este discurso, ao se coadunar ao quadro geral de descrédito existente e

à instrumentalização e planejamentos estratégicos de campanha utilizados pelas igrejas, ao difundido uso de meios de comunicação e ao doutrinamento político de seus fiéis - que crescem em número significativo conforme apontam os censos oficiais e que são tradicionalmente mais carentes, percebendo a si mesmos mais participantes e integrados ao campo político quando elegem os representantes indicados por suas igrejas - indicam os elementos centrais que podem explicar o sucesso eleitoral pentecostal. O avanço das instituições democráticas no Brasil e a tendência “universalizante” de individualização dos sujeitos e de suas escolhas, ainda que muitas vezes delineadas pela égide de grupos sociais de vinculação que orientam tais mentalidades, são elementos que também devem ser reconhecidos nesse fenômeno, ainda mais quando constatamos que o campo religioso mantém ao longo dos anos um papel estratégico no processo de significação do mundo.

Alguns dados são reveladores: de 1940 a 1980, os evangélicos passaram de 2,6% a 6,6% da população brasileira. De acordo com o Censo de 1991, os evangélicos representavam 9% da população. Em 2000, somavam 15,5%, o que representava à época 26 milhões de fiéis. Na falta dos resultados do Censo de 2010 e baseando-se em pesquisa do Datafolha de 2007, atualmente cerca de 22% da população brasileira se confessaria evangélica, ou seja, pouco mais de 40 milhões de pessoas (Vital da Cunha, 2009; Souza, 2009). No campo político, a representação parlamentar evangélica também cresceu, ainda que a sua participação tenha sido discreta ao longo do século XX. Após a abertura política ocorrida nos anos 1980 ela se tornou significativa.

Enquanto nas eleições de 1982 elegeram-se 12 deputados federais, dos quais dois eram pentecostais, no pleito de 1986 foram eleitos 32 parlamentares, dezoito eram pentecostais, sendo treze vinculados as Assembleias de Deus. Nas duas eleições ocorridas nos anos 1990 a então reconhecida “bancada evangélica”, composta pelos deputados e deputadas provenientes do campo pentecostal e interessados em temas político-sociais comuns, manteve-se pouco alterada em seu número, até as eleições de 2002 que elegeram a maior bancada evangélica até aqui, com 51 deputados federais e três senadores eleitos. Malgrado o pleito de 2006, que diminuiu sensivelmente a representação parlamentar deste segmento devido ao envolvimento

da maioria de seus integrantes em escandalosos casos de corrupção à época das eleições, somado ao cálculo estratégico de preservação promovido por algumas das igrejas que arrefeceu a disputa eleitoral religiosa daquele ano, a bancada evangélica eleita para a legislatura 2011-2014 recebeu novo impulso, conforme apresentarei adiante.

De qualquer forma, se dantes alguns tomavam a afirmação de Paul Freston (1994) em caráter especulativo, hoje não há mais como pensar a política brasileira sem levar em consideração o segmento evangélico.

A seguir apresento um quadro elaborado a partir da trajetória política de todos os parlamentares e senadores considerados evangélicos que assumiram ao menos uma vez uma cadeira na Câmara dos Deputados ou no Senado desde 1998. Advirto que as fontes consultadas para sua elaboração foram por vezes contraditórias, o que pode gerar alguma divergência dos dados com a realidade em casos isolados. Todavia, procurei levantar a trajetória política desses parlamentares a partir de 1998 em função da disponibilidade de dados para consulta nos mecanismos tradicionais de pesquisa. Nem mesmo o DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) conseguiu atender a minha solicitação de uma listagem mais precisa das bancadas evangélicas anteriores a 1998.

Quadro I: Histórico político dos evangélicos eleitos
para a Câmara dos Deputados e Senado – 1998-2010

Ano Eleitoral					
Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Adelor Vieira	Assembleia de Deus	Dep. Est. PFL-SC	Eleito PMDB-SC	Derrotado	Senador derrotado PSC-RO
Adilson Soares	Igreja I. da Graça de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito	Reeleito PR-RJ
Aguinaldo Ribeiro	Cristão Evangélico	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Deputado Estadual PP-PB	Eleito PP-PB

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Aguinaldo Ribeiro	Cristão Evangélico	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Deputado Estadual PP-PB	Eleito PP-PB
Albino Boaventura	Assembleia de Deus	Suplente Senador PMDB-GO	Falecido	Falecido	Falecido
Aldir Cabral	IURD	Reeleito PFL-RJ	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Almeida de Jesus	IURD	Eleito PMDB-CE	Reeleito	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Anderson Ferreira	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PR-PE
André Zacharow	Batista	Não candidatou-se	Eleito PDT-PR	Derrotado	Reeleito PMDB-PR
Andréia Zito	Maranata	Dep. Est. PSDB-RJ	Reeleita Dep. Est.	Eleita PSDB-RJ	Reeleita PSDB-RJ
Antonia Lucia	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleita PP-AC	Reeleita PSC-AC
Antony Garotinho	Presbiteriana	Eleito Governador PDT-RJ	Derrotado Presidência PSB	Não candidatou-se	Eleito PR-RJ
Arolde de Oliveira	Batista	Reeleito PFL-RJ	Reeleito	Reeleito	Reeleito DEM-RJ
Audifax Barcelos	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSB-ES
Áureo	Metodista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PRTB-RJ
Benedita da Silva	Presbiteriana	Vice-Governadora Derrotada PT	Governadora Derrotada PT-J	Não candidatou-se	Eleita PT-RJ
Bispo Antônio Bulhões	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PMDB-SP	Reeleito PRB-SP

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Bispo João Batista	IURD	Não candidatou-se	Eleito PFL-SP	Derrotado	Não candidatou-se
Bispo João Mendes de Jesus	IURD	Não candidatou-se	Eleito PDT-RJ	Derrotado	Derrotado PRB-RJ
Bispo Marcelo Crivella	IURD	Não candidatou-se	Senador Eleito PL-RJ	Governador Derrotado PRB-RJ	Senador Releito PRB-RJ
Bispo Rodovalho	Sara Nossa Terra	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PFL-DF	Renunciou
Bispo Rodrigues	IURD	Eleito PFL-RJ	Reeleito	Renunciou	Não candidatou-se
Bispo Vieira Reis	IURD	Não candidatou-se	Eleito PMDB-RJ	Não candidatou-se	Dep. Est. PRB-RJ
Bispo Wanderval de Jesus	IURD	Eleito PTB-SP	Reeleito	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Bruna Furlan	Igreja Cristã do Brasil	Dados não localizados	Dados não localizados	Não candidatou-se	Eleita PSDB-SP
Cabo Júlio	Comunidade Evangélica	Eleito PL-MG	Reeleito	Derrotado	Não candidatou-se
Cantora Lauriete	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleita PSC-ES
Carlos William	Maranata	Não candidatou-se	Eleito PST-MG	Reeleito	Não candidatou-se
Costa Ferreira	Assembleia de Deus	Reeleito PFL-MA	Reeleito	Derrotado	Derrotado PRB-MA
De Velasco	IURD	Reeleito PRONA-SP	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Delegado Francisco Francischini	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSDB-PR

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Dona Íris	Cristã Evangélica	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleita PMDB-GO	Reeleita
Doutor Antônio Cruz	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PP-MS	Reeleito
Doutor Grilo	Igreja I. da Graça de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSL-MG
Doutor Nechar	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PV-SP	Derrotado PP-SP
Eder Silva	Batista	Eleito PDT-RJ	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Edinho Araújo	Presbiteriana	Reeleito PMDB-SP	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito
Edir Montemor	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSB-SP	Não candidatou-se
Edivaldo Holanda Jr	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PTB-MA
Edmar Arruda	Presbiteriana	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSC-PR
Edna Macedo	IURD	Não candidatou-se	Eleita PTB-SP	Não candidatou-se	Dep. Est. Derrotada PL-SP
Eduardo Cunha	Sara Nossa Terra	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PMDB-RJ	Reeleito
Eduardo da Fonte	Sem denominação	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PP-PE	Reeleito
Eraldo Tinoco	Batista	Reeleito PFL-BA	Vice-Governador PFL-BA	Reeleito Vice-Governador	Falecido
Erivelton Santana	Assembleia de Deus	Dados não localizados	Não candidatou-se	Derrotado PSC-BA	Eleito

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Euler Lázaro de Moraes	Batista	Eleito PMDB-GO	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Fátima Pelaes	Assembleia de Deus	Eleita PSDB-AP	Governadora Derrotada	Eleita PMDB-AP	Reeleita
Fernando Zuppo	Igreja Evangélica de Vila Yara	Eleito PDT-SP	Não candidatou-se	Dados não localizados	Dados não localizados
Filipe Rio de Cara Eleita	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSC-RJ	Reeleito
Flávio Bezerra	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PMDB-CE	Derrotado PRB-CE
Francisco Silva	Congregação Cristã do Brasil	Reeleito PPB-RJ	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
George Hilton	IURD	Eleito Dep. Est. PST-MG	Reeleito Dep. Est. PL-MG	Eleito PP-MG	Reeleito PRB-MG
Gerson Gabrielli	Batista	Eleito PFL-BA	Reeleito	Derrotado	Derrotado DEM-BA
Gilberto Nascimento	Cristão Evangélico	Dep. Est. PMDB-SP	Eleito PSB-SP	Derrotado	Não candidatou-se
Gilmar Machado	Batista	Eleito PT-MG	Reeleito	Reeleito	Reeleito
Glycon Terra Pinto	Batista	Eleito PT-MG	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Henrique Afonso	Presbiteriana	Não candidatou-se	Eleito PT-AC	Reeleito	Reeleito PV-SP
Herculano Anghinetti	Batista	Reeleito PPB-MG	Reeleito	Derrotado	Não candidatou-se
Hugo Biehl	Luterana	Reeleito PPB-SC	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Senador derrotado PP-SC

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Íris Rezende	Cristã Evangélica	Governador Derrotado PMDB-GO	Senador Eleito	Senador	Governador Derrotado
Isaías Silvestre	Cristão Evangélico	Não candidatou-se	Eleito PSB-MG	Derrotado	Derrotado
Jefferson Campos	Evangelho Quadrangular	Não candidatou-se	Eleito PSB-SP	Derrotado PTB-SP	Eleito PSB-SP
João Campos	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Eleito PSDB-GO	Reeleito PSDB-GO	Reeleito
João Paulo	IURD	Não candidatou-se	Eleito PL-MG	Derrotado PSB-MG	Não candidatou-se
Joel de Holanda	Batista	Eleito PFL-PE	Dados não localizados	Dados não localizados	Dados não localizados
Johnathan de Jesus	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PRB-RR
Jorge Tadeu	Igreja I. da Graça de Deus	Eleito PPB-SP	Não candidatou-se	Eleito PFL-SP	Reeleito DEM-SP
Jorge Wilson	IURD	Reeleito PMDB-RJ	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Josué Bengtson	Evangelho Quadrangular	Eleito PTB-PA	Reeleito	Derrotado	Eleito
Júlio Redecker	Luterana	Reeleito PPB-RS	Reeleito	Reeleito PSDB-RS	Não candidatou-se
Jurandyr Loureiro	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSC-ES	Não candidatou-se
Lamartine Posella	Batista	Reeleito PPB-SP	Governador Derrotado	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Léo Vivas	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PRB-RJ	Não candidatou-se

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Leonardo Quintão	Batista	Não candidatou-se	Dep. Est. Eleito PSB-MG	Eleito PMDB-MG	Reeleito
Lilian Sá	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleita PR-RJ
Lindomar Garçon	Evangelho Quadrangular	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PV-RO	Reeleito
Lourival Mendes	Batista	Dep. Est. Eleito PMN – MA	Não candidatou-se	Derrotado Dep. Est. PT do B-MA	Eleito PT do B-MA
Luiz Moreira	IURD	Reeleito PFL-BA	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Lydia Quinan	Presbiteriana	Reeleita PMDB-GO	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Magno Malta	Batista	Eleito PTB-ES	Senador PL-ES	Senador	Senador Reeleito PR-ES
Manato	Maranata	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PDT-ES	Reeleito
Marcelo Aguiar	Igreja Renascer	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Dados não localizados	Eleito PSC-SP
Márcio Marinho	IURD	Não candidatou-se	Dep. Est. Eleito PL-BA	Eleito PL-BA	Reeleito PRB-BA
Marco Feliciano	Igreja Avivamento da Fé	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSC-SP
Marcos Rogério	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PDT-RO
Marina Silva	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Senadora Eleita PT-AC	Senadora e Ministra de Estado	Derrotada Presidência PV
Mário de Oliveira	Evangelho Quadrangular	Reeleito PPB-MG	Senador Derrotado PST-MG	Eleito PSC-MG	Reeleito PSC-MG

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Mattos Nascimento	Assembleia de Deus	Eleito PSDB-RJ	Não candidatou-se	Dados não localizados	Dados não localizados
Milton Barbosa	Assembleia de Deus	Assumiu como Suplente PFL-BA	Eleito PFL-BA	Derrotado PSC-BA	Derrotado PSC-BA
Mirian Reid	Batista	Eleita PDT-RJ	Não candidatou-se	Eleita PSC-RJ	Não candidatou-se
Missionário José Olímpio	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Dep. Est. Derrotado PMDB-SP	Eleito PP-SP
Natan Donadon	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PMDB-RO	Derrotado
Neilton Mullim	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PPS-PR	Reeleito PR-RJ
Neucimar Fraga	Cristã Evangélica	Não candidatou-se	Eleito PL-ES	Reeleito	Não candidatou-se
Nilton Capixaba	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PTB-RO	Reeleito PTB-RO
Onyx Lorenzoni	Luterano	Dep. Est. Eleito PFL-RS	Eleito PFL-RS	Reeleito	Reeleito DEM-RS
Otoniel Lima	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Dep. Est. Eleito PL-SP	Eleito PRB-SP
Otoniel Machado	Cristão Evangélico	Senador Suplente PMDB-GO	Suplente	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Oziel Oliveira	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PDT-BA
Pastor Amarildo	Assembleia de Deus	Eleito PPB-TO	Reeleito	Derrotado PSC-TO	Suplente ao Senado
Pastor Francisco Eurico	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSC-PE

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Pastor Frankem-bergen Galvão	Assembleia de Deus	Dados não localizados	Eleito PPB-RR	Derrotado	Derrotado
Pastor Heleno	IURD	Não candidatou-se	Eleito PL-SE	Derrotado	Eleito PRB-SE
Pastor Hidekazu Takayama	Assembleia de Deus	Dep. Est. Eleito PFL-PR	Eleito PTB-PR	Reeleito PMDB-PR	Reeleito PSC-PR
Pastor José Divino	IURD	Dep. Est. Eleito PMDB-RJ	Eleito PMDB-RJ	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Pastor Lincon Portela	Batista	Eleito PSL-MG	Reeleito	Reeleito	Reeleito PR-MG
Pastor Manoel Ferreira	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Senador Derrotado PPB-RJ	Eleito PTB-RJ	Não candidatou-se
Pastor Marcos Abramo	IURD	Não candidatou-se	Eleito PFL-SP	Derrotado	Não candidatou-se
Pastor Marcos de Jesus	IURD	Eleito PTB-PE	Reeleito	Não candidatou-se	Dados não localizados
Pastor Oliveira Filho	IURD	Eleito PPB-PR	Reeleito	Derrotado	Não candidatou-se
Pastor Paulo Freire	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PR-SP
Pastor Paulo Gouvêa	IURD	Eleito PTB-RS	Reeleito PL-RS	Derrotado	Não candidatou-se
Pastor Pedro Ribeiro	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Eleito PL-CE	Derrotado PMDB-CE	Derrotado PR-CE
Pastor Pinheiro	Sem denominação	Suplente PRONA-DF	Eleito PMDB-DF	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Pastor Reginaldo de Jesus	IURD	Suplente PMDB-BA	Reeleito PFL-BA	Derrotado PP-BA	Não candidatou-se

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Pastor Ronaldo Fonseca	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PR-DF
Pastor Valdeci Paiva	IURD	Eleito PSDB-RJ	Dep. Est. Eleito PSL-RJ	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Paulo Baltazar	Metodista	Eleito PSB-RJ	Reeleito	Derrotado	Derrotado PRTB-RJ
Paulo Octávio	Sara Nossa Terra	Eleito PFL-DF	Senador Eleito	Vice-Governador Eleito	Ficha-Suja
Paulo Roberto	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PTB-RS	Não candidatou-se
Philemon Rodrigues	Assembleia de Deus	Reeleito PTB-MG	Dados não localizados	Dados não localizados	Dados não localizados
Raimundo Santos	Assembleia de Deus	Reeleito PFL-PA	Reeleito	Derrotado	Eleito PR-PA
Remi Trinta	Cristão Evangélico	Eleito PL-MA	Reeleito	Dep. Est. Eleito	Renunciou Dep. Est. PPS-PA
Roberto de Lucena	Igreja o Brasil Para Cristo	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PV-SP
Ronaldo Nogueira	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Derrotado PTB-RS	Eleito
Sabino Castelo Branco	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PFL-AM	Reeleito PTB-AM
Salatiel Carvalho	Assembleia de Deus	Reeleito PPB-PE	Não candidatou-se	Derrotado PFL-PE	Não candidatou-se
Sérgio Brito	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PDT-BA	Reeleito PSC-BA
Silas Brasileiro	Presbiteriana	Reeleito PMDB-MG	Reeleito	Derrotado	Derrotado

Candidato	Denominação	1998	2002	2006	2010
Silas Câmara	Assembleia de Deus	Eleito PL-AM	Reeleito	Reeleito	Reeleito PSC/AM
Sueli Vidigal	Batista	Não candidatou-se	Dep. Est. Eleito PDT-ES	Eleita PDT-ES	Reeleita PDT
Vaz de Lima	Presbiteriana	Dep. Est. Eleito PSDB-SP	Reeleito Dep. Est.	Reeleito Dep. Est.	Eleito PSDB-SP
Vitor Paulo	IURD	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PRB-RJ
Wagner Salustiano	IURD	Reeleito PPB-SP	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Walney Rocha	Metodista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PTB-RJ
Walter Pinheiro	Batista	Reeleito PT-BA	Reeleito	Reeleito	Senador Eleito PT-BA
Walter Tosta	Batista	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PMN-MG
Washington Reis	Igreja Eleita Vida	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PMDB-RJ
Werner Wanderer	Luterana	Reeleito PFL-PR	Dados não localizados	Dados não localizados	Dados não localizados
Zé Vieira	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSDB-MA	Reeleito PR-MA
Zelinda Eleitaes	IURD	Dep. Est. Eleita PFL-BA	Eleita PFL-BA	Não candidatou-se	Não candidatou-se
Zequinha Marinho	Assembleia de Deus	Não candidatou-se	Não candidatou-se	Eleito PSC-BA	Reeleito

Fontes: DIAP (www.diap.org.br), Portal Políticos do Brasil (<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>) e Tribunal Superior Eleitoral (www.tse.gov.br).

O Quadro I permite a realização de diferentes leituras. Devido aos limites deste trabalho, apresentarei alguns dados gerais que podemos vislumbrar a partir do cruzamento de alguns desses dados.

Ao todo foram listados 142 parlamentares. Destes, apenas 13 são mulheres, o que representa em torno de 11% do total, a bem da verdade, percentual acima da média da Casa, que contará a partir de 2011 com 43 mulheres parlamentares, o que representa 8,4% do total de 513 deputados.

É conhecido o *patter poder* existente no meio pentecostal, que comumente reserva às mulheres o papel de coadjuvantes nos centros de poder e de prestígio dessas igrejas, salvo as esposas das principais lideranças ou quando a própria mulher divide tal liderança da igreja com o seu marido. Mesmo nesses casos, são os homens que possuem maior papel de destaque e de prestígio dentro das igrejas, a começar pela cúpula e a terminar pelos templos. A IURD, representante do modelo neopentecostal mais acabado e inspirador de “seus pares” nas últimas décadas, e à exemplo de outras denominações, não permite que mulheres assumam postos de liderança locais, regionais ou nacionais, papel reservado a figuras masculinas, como pastores e bispos. Poucas foram as mulheres indicadas a cargos públicos por esta denominação, como o raro exemplo de Edna Macedo, tão somente irmã do líder máximo da IURD, Edir Macedo, eleita Deputada Estadual e depois, em 2002, Federal por São Paulo, assim como seu irmão Eraldo Macedo, também pastor da IURD que chegou a ser eleito Deputado Estadual no Rio de Janeiro. Ambos tiveram que se afastar temporariamente da vida pública devido ao seu envolvimento em casos de corrupção. Em 2010, Edna concorreu a uma cadeira na Assembleia Legislativa de São Paulo, mas não conseguiu se eleger.

A distribuição por denominação dos 142 parlamentares e senadores de 1998 até 2010 apresenta a seguinte contagem em números absolutos, não em número de mandatos: 38 assembleianos, em que se destacam, com três mandatos ou mais, Adelor Vieira (SC), Fátima Pelaes (AP), João Campos (GO), Hidekazu Takayama (PR), Raimundo Santos (PA), Silas Câmara (AM) e Marina Silva (AC) que ganhou projeção no cenário político brasileiro na última década, seja como Senadora, Ministra de Estado ou candidata

derrotada nas últimas eleições presidenciais do país pelo Partido Verde; em segundo lugar, contamos 32 parlamentares iurdianos neste período, com nenhum destaque individual relativo ao cumprimento de três mandatos ao menos, o que pode revelar uma rotatividade (ou esvaziamento) do poder consagrado pela Igreja aos seus candidatos oficiais. A se destacar atualmente temos a figura do Bispo Marcelo Crivella (RJ), sobrinho de Edir Macedo e duas vezes eleito para o Senado pelo Rio de Janeiro, figura da qual comenta-se ocupar a liderança dos desígnios políticos da Igreja depois do afastamento do Bispo Carlos Rodrigues, outrora parlamentar e afastado da vida pública devido ao seu envolvimento no “Mensalão” e no caso das ambulâncias superfaturadas (“Sanguessugas”) em 2006. Seguimos com 26 parlamentares batistas, com destaque para Arolde de Oliveira (RJ), Gilmar Machado (MG), Lincon Portela (MG), Walter Pinheiro, agora eleito Senador pela Bahia e o também Senador Magno Malta (ES), conhecido pastor e cantor gospel; 8 presbiterianos, destes a maior fama reservada aos fluminenses Benedita da Silva, parlamentar, Ministra de Estado e governadora derrotada em seu Estado e Anthony Garotinho, figura política conhecida no país, que já foi parlamentar estadual, Governador de Estado, candidato a presidência derrotado e que chegará à Câmara dos Deputados na próxima legislatura, à exemplo de sua conterrânea; 4 do Evangelho Quadrangular, como Josué Bengston (PA) e Mário de Oliveira (MG), mesmo número da Igreja Internacional da Graça de Deus, representada por parlamentares como Jorge Tadeu (SP) (que cumprirá seu terceiro mandato parlamentar) e mesmo número dos representantes luteranos, com destaque para os gaúchos (região de forte tradição teutônica) Julio Redecker e Onix Lorenzoni. Com três deputados temos denominações como a Sara Nossa Terra (a se destacar os políticos Bispo Rodovalho e Paulo Octávio, do DF, impedidos de cumprir novos mandatos por constarem no “ficha-suja”), Igreja Maranata (de Andréia Zito-RJ, que cumprirá a partir do ano que vem o seu quarto mandato consecutivo), e a Igreja Metodista. Os demais ou não se declararam integrantes de outras denominações ou estão distribuídos em denominações de menor expressão na arena política, como a Igreja Cristã Evangélica, Igreja Eleita Vida, Renascer em Cristo, entre outras.

Exceção feita aos pentecostais das Assembleias de Deus e dos Batistas, as denominações neopentecostais tem mostrado maior êxito em seus desafios eleitorais e de inserção na mídia, se comparados às demais denominações, em especial as do protestantismo histórico. Para o deputado assembleiano Zequinha Marinho (PA), isto ocorre porque o pentecostal seria um tipo de cristão “mais atuante, mais presente, levando o negócio mais à risca, à sério, que o leva a buscar mais meios de êxito” (Vital da Cunha, 2009). Por outro lado, devemos destacar que são essas igrejas que historicamente lograram mais cadeiras na arena política aquelas que possuem projetos mais bem definidos de inserção na política e que dispõem de meios materiais profusos largamente utilizados nas campanhas, muitas vezes alcançados de forma suspeitosa ou desconhecida, além de aparatos midiáticos consideráveis que contribuem decisivamente para a difusão de suas campanhas eleitorais entre seus fiéis e para além deles. Apenas para citar um exemplo, denunciou-se à época das eleições municipais de 2008 que as empresas construtoras dos templos da IURD foram as principais contribuintes de campanha dos candidatos oficiais da denominação, prática ilegal conforme a legislação eleitoral vigente no país. Tais denúncias ficaram por isso mesmo (Souza, 2009).

Com relação aos Estados da Federação, os campeões de eleições de parlamentares evangélicos no período analisado corresponderam aos maiores colégios eleitorais do país: Rio de Janeiro (27 parlamentares), São Paulo (23), Minas Gerais (15) e Bahia (12). Excetuando-se Alagoas, Mato Grosso, Paraíba, Piauí e Rio Grande do Norte, os demais Estados elegeram ao menos um parlamentar no período em questão.

No que diz respeito aos partidos políticos, a mensuração dos dados é de difícil apreciação, devido a troca constante de legenda pelos parlamentares evangélicos. Temos casos de políticos que chegaram a concorrer nas quatro eleições citadas por quatro partidos políticos diferentes. A rigor, dificilmente temos casos como o de Benedita da Silva, do PT, ou de Onix Lorenzoni, do PFL e atual DEM que durante o período citado não trocaram de legendas. Com raras exceções, os políticos evangélicos aderem a legendas de “direita”, aquelas mais conservadoras do ponto de vista ideológico.

A escolha do partido político e a troca constante observada depende de diversos fatores, dentre os quais destaco o direcionamento partidário coordenado por algumas denominações, como o clássico exemplo da IURD que nos precipita para as eleições de 2010.

OS EVANGÉLICOS E AS ELEIÇÕES FEDERAIS 2010

Nas eleições passadas muito se especulou sobre a criação de um partido evangélico, ou, mais especificamente, da criação por parte da IURD de um partido evangélico. Especulou-se também que a entrada em peso dos candidatos da denominação no Partido Liberal (PL) acabaria por tornar a tradicional legenda em um reduto político iurdiano. Abalada a relação entre o PL e a IURD depois do resultado vexatório protagonizado por seus deputados no transcurso de seus mandatos recheados de escândalos, a Igreja Universal buscou primeiramente se articular com os católicos carismáticos do Partido Municipalista Renovador (PMR), que logo em seguida (três meses depois) logrou a filiação do Vice-Presidente da República, José Alencar, mudando o seu nome para Partido Republicano Brasileiro – PRB. Os dirigentes da IURD até hoje negam a ligação explícita deste partido com a Igreja e negam também que a legenda fora criada para atender aos interesses de Edir Macedo e sobretudo de seu sobrinho, Marcelo Crivella. Fato é que o PRB foi o quarto partido que mais recebeu doações financeiras, atrás apenas dos poderosos PT, PSDB e DEM (as doações das empreiteiras responsáveis pelos templos iurdianos foram decisivas para esses números) (Souza, 2009). Além deste aspecto, todos os candidatos iurdianos concorreram nas eleições de 2010 pela legenda, que oferecera ao TSE, no momento de sua inscrição e como cumprimento legal de sua validação, 612 mil assinaturas, a grande maioria dessas obtidas nos templos da IURD. Os oito parlamentares eleitos pelo PRB em 2010 são representantes da IURD. Portanto, se o PRB não é somente o partido da IURD, ele é *principalmente* o partido da IURD, assim como o Partido Social Cristão (PSC) é a principal legenda das Assembleias de Deus.

Depois do pleito de 2006 e da diminuição considerável da bancada evangélica na Câmara relacionada diretamente a participação dos parlamentares evangélicos em casos de corrupção (no caso das “Sanguessugas”, por exemplo, dos 72 acusados, 23 eram evangélicos, dentre os quais aqueles que articularam e que mais lucraram com o “esquema” da venda superfaturada de ambulâncias para o Ministério da Saúde, como o batista Lino Rosi, PP-MT, o assembleiano Nilton Capixaba, PTB-RO, e o próprio ex-iurdiano Bispo Rodrigues, PL-RJ, expulso tanto do PL quanto da IURD depois das apurações dos fatos), aguardou-se com muita curiosidade o resultado do pleito de 2010 para verificar se tal diminuição consistia em uma tendência de caráter “irreversível” ou se a memória política brasileira, reconhecida-mente volátil, permitiria a retomada do histórico crescimento observado junto à bancada evangélica. De lá para cá alguns parlamentares literalmente sumiram da cena pública e outros, sem o apoio de suas igrejas, não lograram o mesmo sucesso eleitoral obtido quando ligados a certas denominações, como a IURD e o caso exemplar de seu ex-pastor, Paulo Mello, eleito em 2000 com 21.271 votos e que, sem o apoio da Igreja na seguinte eleição municipal, em 2004, foi derrotado após receber insuficientes 1.827 votos (Souza, 2009).

Com o resultado das eleições de 2010, a bancada evangélica federal recebeu um acréscimo de 28 parlamentares, ou 65% se comparada com a atual legislatura. Considera-se entre 68 e 71 deputados eleitos e três Senadores os números de evangélicos eleitos em 2010², já que alguns aguardam julgamento na Justiça Eleitoral referente a lei dos “fichas-suja”, que impede políticos indiciados por improbidade administrativa e corrupção de assumirem cargos políticos. Dos deputados desta nova legislatura, 33 foram reeleitos, além de dois senadores (Crivella e Magno Malta) que se somam ao estreante baiano na Casa, Walter Pinheiro.

² Este número é ligeiramente superior ao apresentado acima no texto de Oro e Mariano. Mas, todos concordamos no aumento significativo de parlamentares evangélicos eleitos para a próxima legislatura em relação à anterior.

A Assembleia de Deus permanece como a denominação que elegeu mais deputados sob a sua bandeira: 24. A IURD logrou eleger em 2010 oito congressistas (contando o Senador Crivella), ficando um pouco atrás da Igreja Batista que elegeu 11 deputados. Os demais se dividem entre as Igrejas Presbiteriana (5), Evangelho Quadrangular (4), Internacional da Graça de Deus (3), Maranata (2), Metodista (2) e demais denominações (DIAP, 2010).

Aspecto interessante da nova configuração das Casas Legislativas Federais consiste no aumento dos evangélicos em detrimento dos parlamentares de confissão e base eleitoral católica, que diminuíram seu número de 30 para 21 representantes, dentre os quais se destaca Gabriel Chalita (PSB-SP), carismático da Igreja Canção Nova, e o segundo deputado mais votado do país, com 550 mil votos, perdendo apenas para o comediante Tiririca (PP-SP).

A retomada do crescimento parlamentar evangélico observado nas eleições de 2010 foi creditada pelo campo pentecostal principalmente aos ataques deste segmento às iniciativas originárias da sociedade civil a favor da descriminalização do aborto e da criminalização da homofobia. Tais bandeiras ganharam espaço e força não somente no transcurso da última campanha eleitoral, mas ainda durante os últimos anos da década, quando se observou no país o avanço das instituições democráticas que permitiram maior visibilidade aos grupos sociais historicamente preteridos pela nação, como os homoafetivos e as mulheres.

De diferentes partidos, a Frente Parlamentar Evangélica – FPE (nome “oficialesco” para a bancada) se une contra questões como aborto, eutanásia, infanticídio em áreas indígenas, casamento gay e legalização das drogas consideradas ilícitas por nosso Código Penal. O atual presidente da FPE, deputado reeleito João Campos pelo PSDB-GO, já apostava no crescimento da bancada evangélica, movido, segundo ele, pelo combate as propostas de lei “consideradas nocivas à sociedade” (Salomon, 2010).

Os evangélicos, mais do que nunca, foram protagonistas nas eleições de 2010, especialmente na campanha presidencial do segundo turno das eleições quando lançaram, em maior ou menor medida, ataques à candidata governista Dilma Rousseff, do PT, que mostrara simpatia às causas da descriminalização do aborto e do casamento gay. Assim, ganharam muito

espaço na mídia política do país à importante e decisiva época eleitoral, promovendo o debate à sociedade civil de forma pouco sentida anteriormente. A polêmica em torno dessas questões é reveladora da postura parlamentar evangélica e do que se pode esperar na próxima legislatura da bancada.

GUERRA SANTA ELEITORAL

O Plano Nacional de Direitos Humanos, lançado pelo governo Lula no final de 2009 foi alvo de campanha da FPE em março de 2010. Na “Carta de Brasília”, divulgada pela bancada, os líderes evangélicos se insurgiram contra o Plano, em sua versão original, à descriminalização do aborto e à união civil de pessoas do mesmo sexo. O documento também investiu contra a homoafetividade ao defender que é “dever do Estado disponibilizar meios para indivíduos resgatarem sua condição original de gênero”. Os evangélicos também trabalharam neste ano contra o projeto que torna crime a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, que fica sujeita a pena de multa e reclusão, da mesma forma que a discriminação por raça, cor, etnia, religião, sexo e gênero. Assim, o grupo acabou por fazer campanha a favor do “Estatuto do Nascituro”, projeto de lei que aumenta punições a condutas ligadas ao aborto e que prevê garantir a vida de bebês concebidos em estupros, uma das hipóteses em que a legislação já permite o aborto (Salomon, 2010).

A ideia parlamentar evangélica e em parte católica, em resumo, consiste em barrar o Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), enviado pelo Governo ao Legislativo, mas que já sofreu alterações diante da forte reação que sofreu dos segmentos sociais mais conservadores. Além da revisão da lei que pune quem se submete ao aborto, o PNDH-3 prevê outros pontos polêmicos, como a retirada de símbolos religiosos de prédios públicos (notoriamente cristãos), a garantia de direitos trabalhistas para as profissionais do sexo e a adoção de crianças por casais gays.

Para a legislatura evangélica, “o fundamental é a revogação do PNDH-3”, professou Anthony Garotinho (PR-RJ), eleito deputado federal com

cerca de 700 mil votos em seu Estado (Guerreiro; Nublat, 2010). O diácono da Assembleia de Deus e novato na Câmara Erivelton Santana (PSC-BA) declarou que a prioridade no mandato será se opor aos projetos que “não se identificam com princípios bíblicos”, como a descriminalização do aborto (Salomon, 2010). Já o deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) que saiu em defesa de Dilma Rousseff, declarou à época que, se ela fosse eleita, seguramente não encaminharia ao Congresso “propostas contra a vida” (Guerreiro; Nublat, 2010).

Oficialmente, o próprio blog da FPE registrou as prioridades para a legislatura que começa em fevereiro:

Projetos como legalização do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, mudança do conceito de família, Plano Nacional de Direitos Humanos e projetos homofóbicos que criminalizam pastores e demais que ousarem protestar contra o pecado da homossexualidade são objetos de luta para não aprovação da Frente Parlamentar Evangélica (<http://frenteparlamentarevangelica.blogspot.com/> Consultado em 13 de Nov. 2010).

A campanha difamatória relacionada aos temas polêmicos em questão que se instaurou no país contra a candidata Dilma Rousseff à época das eleições, mediante notícias espalhadas na Internet e em outros veículos, muitas delas sem fundamento pautado na realidade e de caráter absolutamente celerado e mentiroso, como acusar a candidata de impropérios tais como “matadora de criancinhas”, “demoníaca” e mesmo “homossexual” tomaram uma proporção contumaz graças em parte ao trabalho de difusão dessas notícias (no “bom” e no “mal” sentido) pela grande (e pequena) mídia, e em parte graças ao susto da coligação da candidata diante do insucesso eleitoral no primeiro turno das eleições, quando se apostava em sua vitória imediata e na posterior diminuição das intenções de votos apontadas pelas agências de pesquisa para o segundo turno, que aproximavam especialmente os percentuais do candidato oponente, José Serra (PSDB).

Muito se creditou da polêmica e da decorrente caída nas intenções de voto ao campo evangélico, de maneira que tal prerrogativa foi absorvida pela campanha governista ao Planalto. Dilma Rousseff arrefeceu o seu discurso e

procurou se aproximar sensível e estrategicamente desses segmentos, tanto que no auge da campanha para o segundo turno ela e seu principal cabo eleitoral, o Presidente Lula, reuniram-se com cerca de 60 lideranças a portas fechadas em um hotel de Brasília. O objetivo foi confirmar o “compromisso de fé” da candidata do governo com a liberdade religiosa e garantir que não encaminhará ao Congresso Nacional a proposta de legalização do aborto. Ao final do encontro foram gravadas algumas mensagens de apoio dos evangélicos à candidata (Monteiro, 2010). Dilma, que havia declarado de forma explícita sua simpatia à causa feminista e socialmente justa da descriminalização do aborto, recuou no discurso e se declarou pessoalmente contra o ato, mas ressaltando que o tema se trata de uma questão de saúde pública. Em seu primeiro discurso depois de eleita, ela proferiu um *barackiano* “Mulheres, sim, nós podemos”! Será mesmo que poderão, na visão do Estado, serem elas realmente donas de seus corpos, por exemplo?

A preocupação com o segmento evangélico por parte da campanha governista foi tamanha que sua assessoria de marketing eleitoral elaborou a cartilha intitulada “Ao povo de Deus: Carta Aberta ao Povo de Deus, Para o Brasil Seguir Mudando” em que se apresentava, dentre outras coisas, “Os 13 motivos para o cristão votar em Dilma”, a apresentação do Plano de Governo, alguns depoimentos de líderes evangélicos, como os parlamentares ou ex-parlamentares Manoel Ferreira, Bispo Rodovalho, Eduardo Cunha, Hidekazu Takayama, Filipe Pereira, entre outros, além, evidentemente, da carta aberta da então candidata ao “povo de Deus”, em que declara querer:

Construir esse diálogo com as instituições que têm sido os grandes amortecedores do sofrimento humano. Entendo seu valor, sua luta e seu trabalho impulsionado pela missão do evangelho. Lembro também minha expectativa de que cabe ao Congresso Nacional a função básica de encontrar o ponto de equilíbrio nas posições que envolvam valores éticos e fundamentais, muitas vezes contraditórios, como aborto, formação familiar, uniões estáveis e outros temas relevantes, tanto para as minorias quanto para toda a sociedade brasileira (ROUSSEFF, 2010).

De qualquer maneira, a campanha difamatória contra a candidatura

de Dilma Rousseff recebeu repúdio de ninguém menos que o próprio Edir Macedo, que saiu em defesa da candidata governista. O líder máximo da IURD postou em seu blog em 16 de outubro de 2010, respondendo a campanha propagada pelo midiático e controverso pastor Silas Malafaia:

[...] Veja o que aconteceu com o pastor Silas Malafaia, que iniciou a campanha política apoiando a candidata Marina Silva e depois, usando o argumento frágil de que o partido dela, o PV, apoiava o aborto, mudou de lado e, para justificar que não apoiaria a candidata Dilma, acusou o PT de ser a favor do aborto e apoiar o casamento de homossexuais. Pronto, o caminho estava aberto para, sabe-se lá com que interesse, apoiar o candidato Serra. Como não há nada escondido que não seja revelado, veio a declaração do próprio Serra, em vários meios de comunicação, de que é favorável ao casamento de homossexuais. E não para por aí não. Explodiu como uma bomba a denúncia de algumas ex-alunas da esposa do candidato, Monica Serra, que ficaram indignadas com a hipocrisia do casal de que, como cristãos, são radicalmente contra o aborto. Inclusive, a Sra. Monica chegou a dizer que se Dilma vencesse, ela iria matar as criancinhas. Revoltadas, as alunas disseram que em uma aula, muito tempo atrás, a Sra. Monica declarou que havia feito aborto, com o consentimento de seu marido José Serra. Agora ficam as perguntas: O que fez o pastor Malafaia mudar de lado? Ele vai continuar apoiando o Serra? Diante desse cenário temos que lembrar o que aconteceu com o homem de Deus (I Reis 13) que seguia o seu caminho e foi levado à morte, enganado pelo profeta velho, porque não guardou a sua fé (MACEDO, 2010).

Capitaneada pelo Senador Crivella, a IURD e seus parlamentares intercederão a favor de Dilma junto a FPE, contanto, aparentemente, que o Governo eleito não apóie a causa da descriminalização do aborto. Para ele, “aqueles que mantêm uma posição irreversível são os compromissados com o erro. Um político não pode ser um autoritário, apaixonado pela sua opinião, querendo impor a sua vontade. (...). O político tem que evoluir. (...) Ele tem que ter um discurso que possa conciliar posições conflitantes e avance”, defendeu em entrevista à Folha de São Paulo (2010).

Não somente a IURD declarou apoio à Dilma, mas também outras lideranças evangélicas e religiosas se manifestaram contra a campanha difamatória que se instaurou durante o segundo turno. Em outubro, a poucos dias

do pleito, foi lançado no Rio de Janeiro manifesto de religiosos em apoio à candidata, iniciativa que se somaria ao manifesto elaborado na mesma época por parte dos intelectuais e artistas do país (Auler, 2010). Dilma Rousseff seria eleita dias depois a primeira presidenta do Brasil, com 56% dos votos válidos.

PALAVRAS FINAIS: O ARDILOSO JOGO DEMOCRÁTICO

Por princípio, a democracia de Estado deve permitir que todos os segmentos sociais sejam representados na esfera do poder público, em suas instituições e na garantia cidadã de proteção oferecida pelas leis constituintes. Dado que lei não é sinônimo de justiça (Derrida, 1997), é preciso desenvolvermos permanentemente as nossas instituições democráticas no intuito de aprimorarmos a própria lei. Isto significa a busca da igualdade de direitos entre o povo e a sua diversidade. Portanto, não soam democráticos os discursos que ignoram tal princípio. Também não é possível desprover os sujeitos de suas reservas morais, independente do lugar que possam ocupar na sociedade.

A bancada evangélica mostra-se, ao longo dos anos, deveras conservadora diante de temas polêmicos que historicamente foram jogados embaixo do tapete da nação. Vivemos tempos diferentes, em que cada vez mais as ditas “minorias” se fazem ouvir. A nação não pode mais simplesmente ignorar a sua existência nem cerrar os ouvidos para as suas reivindicações. Tal posicionamento evangélico diante deste fenômeno moderno e salutar ainda encontra respaldo nas mentalidades de parte de seus adeptos, muitas dessas pouco estimuladas, especialmente por suas denominações e mesmo pelo meio social circundante, a provocar um pensamento autônomo baseado em preceitos de reflexividade dialética.

Enquanto tais mentalidades não exercerem seu direito e capacidade elementares da crítica e da contraposição ao dogma, enfrentaremos penosos desafios para avançarmos socialmente, especialmente quando regermos nossas instituições democráticas por princípios inconstitucionais como aqueles religiosos que, malgrado seu propósito último, não permitem nosso pleno desenvolvimento humano e espiritual.

REFERÊNCIAS

- AULER, Marcelo. *Religiosos divulgam no Rio manifesto em apoio de Dilma*. Disponível em: <http://bl129w.blu129.mail.live.com/default.aspx?wa=wsignin1.0>. Consultado em: 22 de Out. 2010.
- DERRIDA, Jacques. *Fuerza de ley: el “fundamento místico de la autoridad”*. Madrid: Tecnos, 1997.
- DIAP, Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. Artigos diversos, disponíveis em: www.diap.org.br. Consultado entre 10 Out. 10 Nov. 2010.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Senador carioca reeleito diz que bancada evangélica sairá em defesa de Dilma*. Disponível em: <http://www.blogdafolha.com.br/index.php/materias/13638?task=view>. Consultado em: 6 Nov. 2010.
- FRESTON, Paul. *Nem anjos nem demônios*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- GUERREIRO, Gabriela; NUBLAT, Johhanna. Bancada evangélica quer barrar o Plano de Direitos Humanos. In: *Folha de São Paulo*, 9 de setembro de 2010.
- MACEDO, Edir. *Cuidado com o profeta velho*. Disponível em <http://bispomacedo.com.br/2010/10/16/cuidado-com-o-profeta-velho/#comments>. Consultado em 17 de Out. 2010.
- MICHEL, Patrick. *Religion et démocratie: nouvelles situations, nouvelles approches*. In: MICHEL, Patrick (org). *Religion et démocratie*. Paris: Albin Michel, 1997.
- MONTEIRO, Tânia. *Lula e Dilma se reúnem com evangélicos em Brasília*. Disponível em: <http://estadao.br.msn.com/ultimas-noticias/artigo.aspx?cp-documentid=25932148>. Consultado em 14 de Out. 2010.
- ORO, Ari Pedro. *Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre*. In: Debates do NER, N. 3, Porto Alegre: PPGAS, 2001, p. 09-70.
- ORO, Ari Pedro. A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiro. In: *RBC*, v. 18, n. 53, p. 53-69, outubro de 2003.
- RIBEIRO, Renato Janine. *Religião e política no Brasil contemporâneo*. In: FRIDMAN, Luis Carlos (org). *Política e cultura, século XXI*. Rio de Janeiro: ALERJ, Relume Dumará, 2002, p. 99-110.

SALOMON, Marta. *Contra o aborto, a bancada evangélica cresce 47%*. Disponível em <http://paulogmmoura.blogspot.com/2010/10/contr-o-aborto-bancada-evangelica.html>. Consultado em 5 de Out. 2010.

SOUZA, Antonio Ricardo de. O desempenho político-eleitoral dos evangélicos. In: *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 1, n. 3, 2009, p. 1-23.

TADVALD, Marcelo. A demonização da política ou a política demonizada? Os evangélicos e as eleições federais de 2006. In: *Debates do NER*, ano 7, n. 10, p. 79-88, 2006.

VITAL DA CUNHA, Christina. *Evangélicos e doutrina no ar: uma investigação sobre os evangélicos nas Comissões e Conselhos do Legislativo Nacional*. In: Banco de estudos do ISER – Instituto de Estudos da Religião, p. 1-16, 2009.

